

MERENDA SUSTENTÁVEL: modelagem de gestão alimentar para escolas públicas

César Mustafá Tanajura¹

Josemary de Souza²

Larissa Ivo Ramos³

RESUMO

A merenda escolar tem um papel importante dentro do modelo do ensino público do Brasil. Os nutrientes destas refeições suplementares na verdade compõem parte importante do que é ingerido cotidianamente por muitas crianças e jovens em situação de insegurança alimentar. Os gestores escolares enfrentam diferentes tipos de adversidades para disponibilizar os alimentos preconizados pelo Plano Nacional de Alimentação Escolar. Alguns destes problemas poderiam ser amenizados, a partir da adoção de determinadas práticas que coloquem o ambiente escolar em sintonia com atitudes mais conscientes, quanto ao alimento e à sustentabilidade. Este trabalho tem como objetivo apresentar uma modelagem de gestão alimentar, a partir de conceitos da economia circular, destinada à montagem da merenda escolar oferecida nas instituições públicas de ensino da Bahia. As recomendações foram realizadas a partir de pesquisa bibliográfica relacionada às temáticas trabalhadas e à experiência docente dos autores nas escolas da rede pública baiana. Não há pretensão de que tal paradigma traga soluções para todos os problemas enfrentados pela comunidade escolar, mas esperamos que a difusão destas práticas possa contribuir para a solução de algumas destas questões. Trazer sugestões que reduzam o desperdício e adotem o reuso e a reciclagem como rotina nas escolas pode trazer benefícios para a comunidade escolar e o meio ambiente.

Palavras-chave: Merenda Escolar. Gestão alimentar. Economia circular. Sustentabilidade. Gastronomia.

1. INTRODUÇÃO

A grande relevância da implantação de Programas de alimentação escolar suplementar, tendo como protagonista em modelo de ação educativa a merenda escolar, dá-se mediante ao caráter difuso que a alimentação oferecida nas instituições

¹Mestre, SEC-BA, cesartanajura@gmail.com.

²Pós-graduada, SEC-BA, professorajosemary@gmail.com.

³Mestre, UCSal, larissa.ramos@pro.ucsal.br.

públicas de ensino assume. A característica de suplementação, que originalmente objetiva auxiliar no bom desenvolvimento do aluno em seus aspectos físico e emocionais, em verdade, muitas vezes deixa o caráter “suplementar” para tornar-se única e/ou principal refeição do estudante, por razões repetidamente discutidas, enraizadas em teorias e opiniões de cunho político-social que não são foco deste documento de pesquisa. No entanto, ao conhecer e vivenciar essa realidade, enxergamos facilmente o atual cenário de escassez como mola propulsora desse grande caos social.

Contudo, entendemos que a concepção do modelo de Economia circular, definida aqui como um sistema regenerativo e restaurativo que prima pelo fim dos resíduos (ELLEN MACARTHUR F.; 2012) pode alicerçar a gestão escolar, fomentando novas noções e adaptações, além da conscientização, formação e disseminação de uma nova cultura no planejamento alimentar, primeiramente pensado para a merenda, mas que pode perpassar por todos os projetos desenvolvidos pela instituição escolar. Uma forma cíclica, pensada primeiramente para sistemas industriais de planejamento, mas que também já tem aplicabilidade nas cadeias alimentares (ELLEN MACARTHUR F.; 2019). Tal concepção permite um uso mais consciente dos insumos alimentícios recebidos pelas instituições ou produzidos por elas, como é o caso das hortas escolares.

O trabalho tem como objetivo principal apresentar uma modelagem de gestão alimentar, a partir de conceitos da economia circular, destinada à montagem da merenda escolar oferecida nas instituições públicas de ensino da Bahia. O modelo de Manual proposto sugere também iniciativas de redução, reuso e reciclagem (BRASIL, 2010) que ultrapassam o universo alimentar e indica ações destinadas a professores, funcionários e estudantes das instituições em esferas que complementam as práticas recomendadas às cantinas e à merenda escolar.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter aplicado. Primeiramente, desenvolvemos uma revisão não sistemática, a partir dos descritores “economia circular” e “escola”, nos sites de buscas acadêmicas Scientific Electronic Library Online - Scielo; World Wide Science; Dialnet e Bielefeld Academic Search Engine - BASE. As

publicações relacionando tais assuntos revelou-se incipiente, mesmo ampliando a apuração às línguas inglesa e espanhola. Para o desenvolvimento da modelagem proposta neste estudo, buscamos trabalhar criticamente os conceitos de economia circular propostos pela fundação Ellen MacArthur (2012; 2019), a partir das nossas próprias reflexões sobre o cotidiano em sala de aula do ensino médio da rede pública, nas últimas duas décadas, aliadas aos questionamentos levantados pelo acadêmico sueco Hervé Corvellec (2018; 2020). Também foi realizado um levantamento de documentos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, disponíveis no site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, do Ministério da Educação, para embasar a comparação entre a teoria exposta nos documentos e a prática observada nas unidades escolares.

Alicerçados por tais conceitos, procuramos desenvolver um quadro com sugestões factíveis de ideias sustentáveis para aplicação nas escolas.

2. DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Desde os primórdios do capitalismo fomos programados ao consumo. Naquele momento em menor escala, ganhando uma maior proporção a partir da Revolução industrial (século XVIII), mas é a partir da segunda metade do século XX que o *hiperconsumo* (LIPOVETSKY, 2007.) passa a integrar de forma global a vida dos homens. Tal processo foi denominado por Corvellec *et al.* (2018) como a "sociedade do usar, rasgar e jogar fora" (tradução nossa) tal a sua futilidade e descompromisso.

O consumo, da forma como conhecemos, é uma construção social. Isso quer dizer que esse hábito não é natural, que foi construído social e culturalmente (LARAIA, 2001). O *marketing* das grandes empresas tratou de estabelecer diferenças entre os humanos que eram consumidores frequentes e os que não contribuem para esse sistema, criando uma divisão de categorias entre as pessoas.

Se engana quem pensa que o consumo é privilégio apenas das categorias mais abastadas. Sim, eles consomem muito, mas não estão sozinhos. A indústria, desde cedo, percebeu que não poderia contar apenas com as camadas mais ricas da população e investiu pesado em produtos voltados para a grande massa da população,

inclusive, prometendo a ela uma 'promoção social' se ela se esforçasse para consumir como os ricos, criando um ideário de consumo.

Atendendo a esse chamado da indústria, podemos observar que, camadas economicamente mais vulneráveis da população se esforçam para consumir o que podem em termos de quantidade e de marcas, na tentativa de buscar uma impossível equiparação com as classes mais abastadas da população, a partir de juros proibitivos. O celular de ponta e a TV moderna, que se tornam rapidamente obsoletos dentro da lógica linear de economia a partir da extração, uso e descarte (ELLEN MACARTHUR F.; 2012; 2019), acompanham o consumo desnecessário e contribuem com uma quantidade cada vez maior de resíduos, que seguem não tendo o tratamento adequado, disposto na Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010).

Não faz parte desse trabalho responsabilizar essas camadas menos abastadas por problemas ambientais ou relativos ao consumo exagerado, mas denunciar a situação de vulnerabilidade a que estão submetidos quando são privados de educação formal de qualidade e informações relevantes sobre o consumo consciente e os impactos ambientais da destinação inadequada de resíduos sólidos. Um dos problemas mais urgentes para a parcela menos favorecida da população é a própria coleta formal, que segue sendo realizada de maneira ineficiente em áreas periféricas das grandes cidades e nos pequenos e médios municípios dos países em desenvolvimento, além da falta de disseminação sobre a maneira correta de realizar a coleta seletiva e os seus reais benefícios (MARCHI; SANTANA, 2018; CORVELLEC *et al.*; 2018).

Entendemos que o consumo em excesso é uma construção social e que a educação ambiental ainda é uma lacuna na maioria das escolas públicas, estando restrita apenas a poucas aulas na disciplina Ciências ou, aqui no Estado da Bahia, a uma disciplina interdisciplinar/complementar chamada de Meio Ambiente. Em muitas unidades escolares o critério para escolha do docente é que o profissional tenha necessidade de complementação da carga horária. Não há exigência de qualquer tipo de formação específica em área do saber, como nas outras disciplinas do currículo. Diante do exposto, percebemos que um processo de conscientização via escola ainda está muito aquém do necessário, mesmo contrariando a orientação dos Parâmetros Curriculares

Nacionais da Educação, 1997, que prega:

[...] a importância de educar os brasileiros para que ajam de modo responsável e com sensibilidade, conservando o ambiente saudável no presente e para o futuro; saibam exigir e respeitar os direitos próprios e os de toda a comunidade, tanto local como internacional; e se modifiquem tanto interiormente, como pessoas, quanto nas suas relações com o ambiente. (BRASIL, 2001)

A não formação específica para trabalhar com meio ambiente, resulta por, muitas vezes, em ações bem-intencionadas, mas desastrosas do ponto de vista ambiental. Como, por exemplo, uma maquete de um “meio ambiente saudável” feita por vários alunos em uma base de isopor e usando materiais pouco sustentáveis, como papel nacarado para simular um rio suntuoso e brilhante.

Outro problema que podemos observar nas escolas é que mesmo quando há aulas teóricas coerentes com o conteúdo necessário à disciplina Meio Ambiente, as práticas do dia a dia no ambiente escolar não condizem com o que o professor leciona, deixando claro para o estudante que aqueles conceitos são conteúdos de prova apenas, acentuando a discrepância entre teoria e prática.

É verdade, que muitas escolas são bem-intencionadas e têm algum sucesso, a partir dos esforços pessoais e pontuais, (conforme figura 1), o que não condiz com uma política educacional que deve contemplar a todos, a partir do direcionamento adequado e uniforme. Precisamos lembrar que os problemas das escolas públicas são muitos, que vão além das questões abordadas neste artigo. Elas vão desde o peso de possuir uma estrutura de Estado, com pouca autonomia, até às questões relativas às comunidades onde as escolas estão inseridas, como violência e pobreza a que estão submetidas.

Figura 1 - Iniciativas nas aulas de Meio Ambiente



Produção de comidas sustentáveis e horta vertical. **Fonte:** Autores, 2013 e 2014.

Difundir conceitos relacionados à economia circular, que estimulem a sustentabilidade entre os atores do ambiente escolar, pode se mostrar como alternativa promissora, uma vez que a educação do indivíduo é uma potente ferramenta de transformação para novos parâmetros de sustentabilidade (ELLEN MACARTHUR F.; 2012). Vale lembrar, no entanto, que tal processo precisa ser feito de maneira crítica e não de forma, oportunamente simplista, como a presente no discurso de autoridades políticas e econômicas mundiais. Isto é ventilado de maneira sensata no trabalho de Corvellec *et al.* (2020) e precisa ser levado em conta para que não se trate apenas da idealização de uma teoria e sim propostas exequíveis de aplicação dos processos cíclicos no dia

a dia das escolas (como apresentado no quadro 1 deste trabalho). Não temos a pretensão de que tal modelagem irá solucionar questões sócio-ambientais presentes, há algum tempo, nas comunidades escolares. A cultura não acontece em saltos (LARAIA, 2001), por isso a adoção de novos paradigmas precisa de tempo para que sejam assimilados por alguns atores, antes de se tornarem realidade.

A aplicação dos conceitos de sustentabilidade é representado, em nível nacional, pela redução, reutilização e reciclagem presentes na Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010) e em nível internacional pelo que é determinado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e pela fundação Ellen MacArthur que “[...] imagina uma economia na qual os produtos de hoje são os recursos de amanhã, formando um ciclo virtuoso para prosperar a partir de matérias primas finitas.” (ELLEN MACARTHUR F., 2012 - tradução nossa). Dimensionar tais definições para as escolas é um ponto de grande relevância. Esta torna-se uma questão principal quando tratamos da comida disponibilizada, que, doravante, chamaremos de merenda. Essa, talvez, seja uma das partes mais sensíveis das escolas públicas periféricas, porque a merenda escolar contribui de forma significativa com a complementação da alimentação das famílias e da segurança alimentar dos alunos, sendo, em muitos casos, a primeira e única alimentação consistente. Então, aproveitar, ao máximo, potencializar e evitar o desperdício, corresponde a mais do que uma ação ambiental, revela-se também como um projeto social.

Parte do dinheiro da alimentação das escolas vem do Governo Federal em um programa conhecido como PNAE – Plano nacional de alimentação escolar, programa de nutrição e alimentação mais antigo em vigência no país (TEO; MONTEIRO, 2012). O PNAE (2017), em suas diretrizes, faz uma leitura assertiva de necessidades e carências nutricionais, quando estabelece os alimentos *in natura* como predominantes na composição de cardápio para estudantes, atentando a faixa etária e suas peculiaridades, expurgando os processados e ultraprocessados, aqueles alimentos que entendemos como práticos que, de forma crescente, vêm sendo confundidos com cultura alimentar (LARAIA, 2001), de quão usual torna-se o seu consumo dos mesmos. Tais conceitos também são propostos pelo Guia Alimentar da População Brasileira (BRASIL, 2014).

O PNAE tem como propósito resgatar o patrimônio alimentar saudável, trazendo, em suas diretrizes, percentuais de destino de recurso estabelecido e obrigatoriedade para consumo de produtos originados da agricultura familiar. Acreditamos tratar-se de uma diretriz louvável. O investimento na agricultura familiar representa a valorização de uma cadeia tradicionalmente menos privilegiada frente ao agronegócio da monocultura. Segundo dados presentes em relatório da FAO (2013), este tipo de agricultura já é responsável por 70% do que o Brasil consome internamente a cada ano, desde o início da década passada.

O apoio ao desenvolvimento sustentável, proposto pelo PNAE, no sentido de promoção à articulação com a agricultura familiar, traduz-se muito atual em sua teoria proposta, principalmente, por fomentar possibilidades de uso conceitual e aplicação prática dos princípios da economia circular (ELLEN MCARTHUR F., 2019). Essa relevante parceria viabiliza a correta gestão setorializada do programa. Também é preciso o apoio apartidário de órgãos de diferentes esferas governamentais (TEO; MONTEIRO, 2012) para preparar os agricultores, a fim de organizar suas produções de forma a atender a proposta de cardápio nutricionalmente adequado. Isto revela-se extremamente desafiador em um período no qual os referidos agricultores sentem a interrupção da merenda escolar (ESTADO, 2021), uma vez que na Bahia durante o período de aulas remotas, os estudantes recebem auxílio alimentação em dinheiro. O valor é bem limitado, assim como os atuais valores disponibilizados pelo PNAE (2017), em recurso por aluno/estudante. Em geral, os valores são complementados por Estados e Municípios, mas, estão representados, em nível da união, a partir da seguinte forma:

Atualmente, o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino: Creches: R\$ 1,07/ Pré-escola: R\$ 0,53/ Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,64/ Ensino fundamental e médio: R\$ 0,36/ Educação de jovens e adultos: R\$ 0,32/ Ensino integral: R\$ 1,07/ Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral: R\$ 2,00/ Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno: R\$ 0,53 (PNAE, 2017).

Aqui na Bahia, o governo do Estado, segue um programa intitulado de 'Cardápio Regionalizado' (2020). Não há especificações no site da Secretaria da Educação, em relação aos custos ou às complementações monetárias realizadas a partir da esfera

estadual, relacionada ao programa de merenda escolar. Há, no entanto, informações suficientes quanto ao ciclo da merenda ofertada no estado. Ele compõe-se de 4 semanas e conta com frutas e legumes, sopas, mingaus, risotos, carnes de boi e frango, sucos de frutas, farofa de tropeiro, bolos, cremes salgados, sanduiche de soja, cuscuz, achocolatado. No cardápio, percebe-se uma vontade de inclusão de produtos da terra e, até mesmo, orgânicos, valorizando a agricultura familiar. Percebemos que na prática nem sempre isso acontece, nessa mesma qualidade e quantidade (TEO; MONTEIRO, 2012).

Este cardápio idealizado tem como objetivo atender às necessidades nutricionais, contemplando aspectos da cultura local, valorizando elementos que são encontrados nas casas de baianos de todas as camadas sociais (CARDÁPIO, 2020). Em parte, funciona bem, mas, por conta da burocracia e trâmites relacionados à liberação de verbas e questões logísticas, por vezes, encontra dificuldades para sua execução.

Quando a escola não recebe as matérias primas para as refeições dentro da periodicidade esperada ou não consegue executar a merenda por falta de água, gás e outras adversidades, a unidade não tem como funcionar no período completo e é obrigada a liberar os alunos mais cedo para casa, prejudicando o pedagógico e inviabilizando a estratégia social, que existe na política da merenda escolar (PNAE, 2017).

Quando o problema é de fácil resolução, como falta de um ingrediente ou tempero, os professores e/ou gestão cotizam os custos e, com o próprio dinheiro, compram e suprem tal necessidade. Quando a questão é maior, só resta à gestão escolar dois caminhos: esperar a resolução do imbróglio ou comprar em um fornecedor que assuma o risco de entrega imediata, com pagamento a partir de 3 e/ou 4 meses. Neste caso, todo o programa da gestão da merenda escolar passa a ser comprometido, porque o fornecedor entrega produtos à escola conforme sua respectiva comodidade. Na prática, criam-se alternativas de independência e/ou de complementaridade à merenda. A comunidade escolar precisa ponderar tal questão, já que, mesmo com tantos pormenores, também surgem possibilidades de enriquecimento nutricional, segurança alimentar, educação ambiental e também economia de recursos. O quadro

1 traz sugestões de atividades e atitudes baseadas nos conceitos presentes na economia circular (ELLEN MACARTHUR F., 2012, 2019) que podem proporcionar soluções para realidades vividas nas escolas públicas baianas.

Quadro 1 - Sugestão de ideias sustentáveis para aplicação nas escolas

Ação	Setor da instituição	Metodologia/ Aplicação	Reflexo
Aproveitamento integral dos alimentos 1	Cantina/ cozinha	Utilização de cascas e talos para produção de caldos, que podem saborizar preparos, como sopas, risotos, além de complementar preparações, a exemplo de farofas e saladas, e servir de recheio para empanadas, rocamboles, quibes vegetarianos, tortas salgadas etc.	Utilização direta dos produtos para produção da merenda escolar.
Aproveitamento integral dos alimentos 2	Cantina/ cozinha	A casca do abacaxi, bem lavada, fervida com canela fornece uma bebida que ajuda na digestão ou, se gelada, pode ser bem refrescante. Acrescida de coco, melão e especiarias pode ser servida como sobremesa ou merenda.	Utilização direta dos produtos para produção da merenda escolar.
Aproveitamento integral dos alimentos 3	Cantina/ cozinha	A casca da banana pode ser aplicada como ingrediente para fazer um bolo saboroso, rico em fibras, além de ser ingrediente para pães, carne de hambúrguer vegetariano ou bife vegano.	Utilização direta dos produtos para produção da merenda escolar.

Aproveitamento integral dos alimentos 4	Cantina	Firmar parcerias com comerciantes locais para doação de frutas e verduras que comercialmente não são atrativas, mas estão aptas para o consumo humano para ajudar a incrementar a merenda escolar. Tais insumos podem ser utilizados para sucos, sopas, molhos, doces, recheios etc.	Utilização direta dos produtos para produção da merenda escolar.
Aproveitamento integral dos alimentos 5	Cantina	Garantir a correta gestão do estoque. Todos os alimentos precisam estar registrados, corretamente identificados, com etiquetas contendo data de validade, e bem acondicionados. A lista precisa ser checada diariamente para evitar perdas.	Redução de custo.
Redução 1	Cantina	A escola poderia ter uma campanha para incentivar o combate ao desperdício da merenda escolar. Educar os discentes para diminuir o resto ingesta através de concursos, bonificações etc.	Redução de custo.
Redução 2	Cantina	Com iniciativa para chamar atenção sobre a necessidade de redução do consumo de carne e promoção de uma alimentação mais saudável e menos prejudicial ao meio ambiente, a escola poderia promover um dia da semana da merenda sem carne.	Redução de gastos familiares com produtos ultra processados.

Reuso 1	Toda escola	Solicitar da Secretaria de educação a instalação de caixas d'água com tampa para coleta da água da chuva para ser utilizada em limpezas, hortas, jardins e até mesmo descargas de vaso sanitário.	Redução de custo em contas de consumo de água e energia elétrica.
Reuso 2	Cozinha	Separar cascas, talos, folhas e vegetais impróprios para o consumo humano para serem colocados em biodigestores produzidos localmente para criar uma estação de compostagem que gere adubo para as hortas e jardins da escola.	Redução de custo com aquisição de adubos para manutenção de horta escolar.
Reuso 3 + educação ambiental 1	Cantina	Separação e plantio de sementes de frutas e/ ou vegetais da merenda escolar, aproveitando pequenas embalagens, para criar mudinhas de plantas que serão distribuídas à comunidade escolar.	
educação ambiental 2	Toda escola	Criação de horta escolar que, a depender do espaço, pode ser de temperos ou ter alguns vegetais.	Utilização direta dos produtos para produção da merenda escolar. Comercialização da colheita.
Reciclagem 1	Toda escola	Inserção de caixas de papelão coletora para folhas de caderno e provas descartadas pelos alunos para reciclagem.	Kg desse tipo de papel custa em média R\$0,30

Reciclagem 2	Toda escola	Estabelecer parceria com cooperativa de catadores para disponibilizar uma bag para que os alunos tragam de casa garrafas pet, plásticos duros e latas para reciclagem.	Os valores arrecadados podem financiar material esportivo ou mesas de jogos.
Reciclagem 3	Cantina / toda escola	A escola poderia funcionar como ponto de coleta de óleo de cozinha usado. Estabelecer parcerias com empresas receptoras desse material, permutando com produtos de limpeza.	Redução de custos com produtos de limpeza/higiene. Redução de custo com manutenção de ralos e pias.

Fonte: Autores, 2021.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há necessidade de ações em diferentes esferas sociais e seus mais diversos atores para dar conta da quantidade de hábitos pouco sustentáveis que ocorrem em nível global, a fim de garantir a preservação do planeta para as gerações futuras. Mudanças de paradigmas duradouras ocorrem pela educação. Estudantes devem aprender e aplicar valores relacionados à redução, reutilização e reciclagem cotidianamente.

As instituições de ensino são os locais indicados para que este trabalho aconteça. Os colégios, desde as séries mais elementares, possuem algum tipo de conteúdo curricular sobre o assunto, mas a maneira difusa e pouco sistemática como é posto em prática nas escolas públicas é passível de críticas. O ensino público no Brasil e na Bahia têm problemas institucionais provenientes da pouca autonomia permitida pela complexidade atrelada à instituição, além dos problemas sociais decorrentes da violência e pobreza a que estão submetidos. A merenda escolar servida por tais instituições está inserida neste contexto. Pensando nisso, apresentamos uma modelagem de gestão alimentar, a partir de conceitos da economia circular, destinada

à montagem da merenda escolar oferecida nas instituições públicas de ensino da Bahia. Algumas das ações propostas ultrapassam o universo alimentar. Não temos a pretensão de que tal modelagem irá solucionar questões socioambientais presentes, há algum tempo, nas comunidades escolares, mas que sirvam como elementos a diretores, professores, funcionários e estudantes para lidar com as adversidades a partir de soluções práticas e exequíveis.

Indicamos a necessidade de novos estudos incorporando os conceitos utilizados na execução deste trabalho, uma vez que há poucas pesquisas elencando ambos os assuntos, além de a partir da perspectiva ambiental haver grande quantidade de recursos sendo descartados de maneira inadequada. Eles podem ser utilizados para contribuir com a solução de problemas recorrentes nas escolas públicas baianas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais** - PCN: Meio Ambiente e Saúde. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. 3a. ed. Brasília, 2001.

BRASIL. **Lei Federal nº12.305**, 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a lei nº9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências, 2010.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Guia Alimentar da População Brasileira**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

CARDÁPIO Regionalizado. Secretaria de Educação. **Governo da Bahia**, 2020. Disponível em: <<http://www.educacao.ba.gov.br/midias/documentos/cardapio-regionalizado>>. Acesso em: jul.2021.

CORVELLEC, H. *et al.* **Waste prevention is about effective production and thoughtful consumption - not about waste**. Lund University, 2018. Disponível em: <encurtador.com.br/jOQ15>. Acesso em: jun.2021.

CORVELLEC, H. *et al.* **Introduction to the special issue on the contested realities of the circular economy. Culture and Organization**. v. 26. n.2. 2020. pp. 97-102.

ELLEN McArthur F. **Towards the Circular Economy** - Economic and Business Rationale For an Accelerated Transition. Ellen McArthur Foundation, 2012. Disponível em: <encurtador.com.br/cgJU6>. Acesso em: jun. 2021.

ELLEN McArthur F. **Cities and Circular Economy for Food**. Ellen McArthur Foundation, 2019. Disponível em: <encurtador.com.br/kCDR6>. Acesso em: jun. 2021.

ESTADO da Bahia destina mais de R\$410 milhões em bolsas e auxílio para estudantes da Educação Básica. **Governo da Bahia**. 2021. Disponível em: <encurtador.com.br/efjLX>. Acesso em: jul. 2021.

FAO, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. **Marco da programação no país (CPF) FAO para o Brasil 2013 - 2016**. [S.l.], 2013. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/bp560o/bp560o.pdf>>. Acesso em jun, 2021.

LARAIA, R de B. **Cultura** - Um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

LIPOVETSKY, Gilles. **A Felicidade Paradoxal**: Ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. Lisboa: Edições 70, 2007.

MARCHI, C. M. D. F.; SANTANA, J. Projetos sociais e ambientais para o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários de catadores de materiais recicláveis. IN: MARCHI, C. M. D. F. (org.). **Gestão dos resíduos sólidos**– conceitos e perspectivas de atuação. Curitiba: Appris, 2018.

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Ministério da Educação**, 2017. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/pnae>>. Acesso em: jul.2021.

TEO, C. R. P. A.; MONTEIRO, C. A. Marco Legal do Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma releitura para alinhar propósitos e práticas na aquisição de alimentos. **Revista de Nutrição**. n. 25. v. 5, 2012. pp. 657-668.